



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.**

**SER MULHER NEGRA E TRABALHADORA RURAL:  
ASSIMETRIAS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.**

**Maria Asenate Conceição Franco<sup>1</sup>**

**Resumo**

O artigo analisar a (in) visibilidade da mulher negra baiana e trabalhadora rural a partir da análise das categorias gênero, raça e classe. A discriminação racial e relação de gênero e classe apresentada em um dos grupos focais realizados durante operacionalização do projeto. A interseccionalidade de gênero, raça e classe constituem-se instrumento para compreender os fatores multidimensionais e multideterminados no cotidiano de mulheres negras nesta sociedade capitalista marcada por clivagens sociorraciais, discrepâncias e níveis de desigualdade socioeconômica exponencial e colossal legitimadores da pirâmide social brasileira.

**Palavras-chave:** Gênero. Trabalhadoras rurais. Sujeitos políticos. Raça.

**BE BLACK WOMAN AND RURAL WORKING:  
GENDER ASYMMETRIES, RACE AND CLASS.**

**Abstract**

It is intended in this article to analyze the (in) visibility of the Bahian black women and rural working from the analysis of gender categories, race and class. Racial discrimination and respect of gender and class shown in one of the focus groups conducted during implementation of the project. The intersectionality of gender, race and class are an instrument to understand the multidimensional and multidetermined factors in the daily lives of black women in this capitalist society marked by socio-racial cleavages, discrepancies and levels exponentially and colossal socioeconomic inequality legitimating the Brazilian social pyramid

**Keywords:** Gender. Rural workers. Political subjects. Race.

**Introdução**

O artigo propõe analisar a (in) visibilidade da mulher mangabeirense, negra e trabalhadora rural a partir de dados empíricos oriundos da fala da participante do projeto de pesquisa, conforme sinalizado. Ressalta-se que a parte empírica deste trabalho só foi possível mediante a técnica do grupo focal realizado em uma das reuniões, realizada no Sindicato Rural, cujo termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado pela protagonista visando divulgações de imagens e falas.

---

<sup>1</sup> Assistente Social do IFBaiano. Doutoranda do PPGNEIM/ UFBA.

Destarte, considerando a atividade acadêmica do componente curricular mencionado, pretende-se aproveitar esta revisão bibliográfica para ampliar as discussões da pesquisa em andamento do projeto de doutoramento iniciado em 2015.<sup>1</sup> que buscará entrelaçar a violência de gênero em contextos rurais situado no Território do Recôncavo Baiano, onde é visível o recorte de raça contada nas histórias das lutas do povo negro, oprimido, escravizado e invisível na sua condição de sujeito social e político.

As interfaces raça, gênero e classe social, tem se constituído aspectos norteadores de pesquisas acadêmicas que dialogam com o feminismo negro. Estas categorias representam as expressões multifacetadas e complexas de exclusão social, logo a discriminação racial de homens e mulheres que não se identificam com o padrão aceito socialmente. Nesta concepção, a interseccionalidade gênero, raça e classe social, constituídos como marcadores de opressão feminina que, condicionados ao modelo patriarcal, posicionam a mulher nas franjas da subordinação da classe dominante “branca”, demarcando o seu “lugar” de “inferioridade”, não é o padrão de beleza aceitável que lhe dê *status quo*.

### **Desenvolvimento**

Numa perspectiva reflexiva das categorias gênero, raça e classe, vale, portanto enfatizar que Gonzalez (1988), histórica no movimento feminista negro brasileiro, Intelectual, política, professora doutora em Antropologia Social, defensora na luta pelo fim da violência contra a mulher; filha de um ferroviário negro e mãe de origem indígena, pioneira nos cursos sobre Cultura Negra.

Pesquisadora da temática de gênero e etnia e militante do movimento negro, Gonzalez teve fundamental atuação em defesa da mulher negra precursora em visibilizar a situação da mulher negra no Brasil, figura relevante na literatura do Feminismo Negro Brasileiro por defender no seu discurso a luta antirracista e antissexista no seu trabalho: *Por um feminismo afrolatinoamericano*, chama a atenção do Movimento Negro para o momento de reflexão do centenário da *Lei Áurea* promulgada para abolir a era escravocrata brasileira, apenas extingue e esse basta. Essa reflexão a que a autora convoca tenho sentido sociopolítico e ressalta:

[...] Para nosotros, mujeres y hombres negros, nuestra lucha por la libertacion comenzó mucho antes de este acto de formalidade jurídica y se extiende a los días de hoy. Nuestro empeño, por lo tanto, se da en el sentido de que la sociedad brasileña, a reflexionar sobre la situación del segmento negro que de ella hace parte pueda volverse sobre sí misma e reconocer, em sus contradicciones internas, las profunda desigualdades raciales que la caracterizan. (GONZALEZ, 1988, p. 133).

De certo, a autora parte da análise primeira pela visibilidade e reconhecimento do povo negro, contínua ação política transversal à cumprimento de acordos entre países; a negação do papel da mulher negra na cultura brasileira, a objetivação, coisificação desta figura feminina desencadeou críticas ao Movimento Feminista, embora o debate seguia a lógica da universalização de direitos das mulheres, era fortalecido por mulheres brancas, classe média, sem espaços às pautas de mulheres subvalorizadas e oprimidas em função do espectro cromático; discussões pautadas na emancipação política da mulher distante dos preconceitos raciais, por exemplo, espaços no mundo do trabalho; por outro lado, o Movimento Negro Brasileiro elencava questões que diziam respeito à masculinidade, logo, desvinculadas da polêmica sexista e machista..

A partir das inquietações de ativistas do Movimento de Mulheres Negras, que precedeu os anos 1970, de modo geral, impulsionou a emergência do Feminismo Negro brasileiro.

Nesta direção, o debate de Sueli Carneiro (2003), negra feminista, uma das pioneiras ao lado de Lélia Gonzalez, na luta em defesa do antirracismo e antixessismo; filha de costureira e pai, ferroviário, ativista política do Movimento Negro, reconhecida no Brasil e no exterior, empreendedora, feminista e intelectual, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – São Paulo, idealizadora do único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras. Doutora em Filosofia Educação pela USP; autora da diversas obras literárias com foco nas discussões sobre Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil; defensora das Políticas Afirmativas de acesso ao ensino superior.

Na perspectiva de redefinir as discussões singulares intrínseca na condição de mulher, negra imersa no passado colonial, ativistas impulsionaram a construir sua organização com expressividade peculiar com vistas a intensificar reflexões críticas na luta pelo

protagonismo de mulheres negras e, conseqüentemente, contra a opressão dos marcadores de exclusão: raça e gênero.

Em meio à ação política, CARNEIRO (2003); NEPOMUCENO (2012) dentre outras personalidades do feminismo negro brasileiro, constataram que as lutas antirracistas e antissexistas não ocupavam espaço nas agendas políticas enunciados nas pautas de reivindicações do movimento feminista, tampouco do Movimento Negro o que lhes era atribuída a crítica, de ambos os movimentos então vistas como “sujeitos implícitos” (RODRIGUES, 2013, p. 1) as mulheres negras, segregadas, contrária a essa luta tripartite que ao invés de fortalecer, só traduzia as clivagens em lutas reivindicatórias, para tanto, Nepomuceno salienta que:

[...]. As mulheres negras estabelecem seu espaço próprio de luta tanto no movimento feminista quanto no movimento negro, mas logo iriam contestar as ações e discursos desses dois organismos ao atentar para a especificidade da experiência histórica das afrodescendentes, no caso do primeiro, e exigir uma agenda que incluísse a dimensão de gênero no trato da questão racial, no caso do segundo, denunciando ainda as atitudes sexistas no interior do grupo. (NEPOMUCENO, 2012, p. 400).

Carneiro (2003) aponta para “enegrecer o feminismo”, enquanto trajetória das mulheres negras inseridas no movimento feminista brasileiro (intergênero), traduz-se, expressão primeira de visibilidade e protagonismo o sujeito político das mulheres negras que, a visão eurocêntrica e a incapacidade de reconhecimento às especificidades de mulheres brancas e não brancas, por ativistas sociais atuantes naquele, foi rebatido pela crítica da autora quando ressalta que “As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o Sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo” (CARNEIRO, 2003, p.118).

Fundamental se faz “enegrecer o feminismo brasileiro”, contudo, a autora, numa releitura sociopolítica, analisa duas dimensões distintas imersas nesse movimento, favoráveis à invisibilidade intragênero nas pautas especificadas das categorias gênero e raça, eis:

“[...] a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, [...] a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. [...]

agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; [...]. (CARNEIRO, 2003, p.118).

E ainda nesta perspectiva Carneiro (2003) ressalta que essa luta idealizada e conduzida por seus pares, isto é, mulheres negras e, a maioria pobre, somente fortalecerá a arena de debates e ampliar as possibilidades, de sonhos se tornarem realidades e esses “novos” sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003) construirão suas reivindicações a partir das ausências de direitos, por exemplo, a luta por creches, e políticas públicas que atendem suas necessidades e que de fato se materializem e sejam objetos de melhoria de vida destes segmentos sociais.

Sobre esse assertiva Carneiro (2001, p.2) ao debruçar sua reflexão sobre a necessidade de enegrecer o feminismo aponta para o rompimento de mitos ideológicos:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”. (CARNEIRO, 2001, p. 2).

As interfaces entre raça, gênero e classe social têm se constituído em aspectos norteadores de pesquisas acadêmicas. Enquanto marcadores de exclusão social, estas categorias representam as multifaces complexas de exclusão social e discriminação, neste caso, da figura feminina

A assimetria gênero e raça associado à categoria classe, denuncia a desigualdade entre as mulheres, onde a figura feminina negra e pobre reporta ao “lugar” da subordinação, da periferia social e espaços demarcados pelos não negros. Silva (2013) aponta que causas históricas foram responsáveis pela condição de desigualdade socioeconômica e pelo racismo que as mulheres negras enfrentam no seu cotidiano. O fenômeno da opressão visível no cotidiano da mulher negra, advém de sua historiografia como pode ser verificado na fala de Dias (2012) que desmarcara situação de maus-tratos, opressão, dentre outros marcadores de desumanização da figura feminina negra registrados na literatura:

Para as mulheres de origem africana que viveram como escravas nas grandes propriedades rurais do Brasil, sobreviver já era uma vitória [...]. No Brasil, vistas mais que mercadoria do que como seres humanos, essas mulheres foram obrigadas a trabalhar e sobreviver em condições extremamente precárias, que incluíam se submeter a maus-tratos, além da violência inerente ao sistema escravista. (DIAS, 2002, p. 360).

Lélia González, feminista negra, precursora em visibilizar a situação da mulher negra no Brasil, figura relevante na literatura do Feminismo Negro Brasileiro por defender no seu discurso a luta antirracista e antissexista, aponta no seu trabalho *Racismo e Sexismo na cultura brasileira* ao lançar crítica sobre a naturalização do racismo no Brasil e do destino conferido ao povo negro, que é a miséria, logo, negação de justiça social, aponta para ocupações socialmente construídas à mulher negra: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (1984, p. 226).

É como bem diz Werneck (2010, p.4):

As mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos. (WERNECK, 2010, p. 4).

São registros que apontam para um Brasil desigual que conserva na sua estrutura, modelos convencionais, anacrônicos que não se identificam com um país que insiste em ratificar a democracia racial e implanta públicas com recorte de gênero/ raça, mas que ainda é palco de discriminação racial e desigualdade de gênero. Entretanto, os indicadores sociais e pesquisas sobre as mulheres, como por exemplo, os dados publicados pela Fundação Perseu Abramo (WERNEK, 2013), revelam que mudanças significativas ocorreram no cenário nacional, todavia, a mulher negra, ainda é marcada pela sua historiografia.

A (in) visibilidade da mulher negra que atravessa séculos na sociedade brasileira e a visão eurocêntrica que obsta a efetivação do sujeito político do povo negro e sempre o alija de usufruir direitos a partir do que chamam de “dívida social”, como forma de “esquecer” todo o sofrimento na época colonial, que impuseram aos africanos/as ao trabalho escravo e desumano. Destarte, Costa (2006) chama a atenção para configuração

da sociedade onde seus aspectos políticos e suas legislações, são eminentemente de cunho liberal na perspectiva de uma cidadania individualista, “cada um por si” ..., porém,

[...] na verdade, funciona como uma sociedade de castas que limita sistematicamente as chances de ascensão social dos grupos demográficos, conforme se distanciam do conjunto de característica físicas que são associadas, imaginariamente, à origem europeia. (COSTA, 2006, p.195).

A partir das inquietações de ativistas do Movimento de Mulheres Negras, que antecedeu nos anos 1970 a emergência do Feminismo Negro brasileiro, constataram que as lutas antirracistas e antissexistas não ocupavam espaço nas agendas políticas enunciados nas pautas de reivindicações do movimento feminista, tampouco do Movimento Negro (CARNEIRO, 2003; NEPOMUCENO, 2012) o que lhes era atribuída a crítica, de ambos os movimentos então vistas como “sujeitos implícitos” (RODRIGUES, 2013) as mulheres negras, segregadas, contrária a essa luta tripartite que ao invés de fortalecer, só traduzia as clivagens em lutas reivindicatórias, para tanto, Nepomuceno salienta que

[...]. As mulheres negras seu espaço próprio de luta tanto no movimento feminista quanto no movimento negro, mas logo iriam contestar as ações e discursos desses dois organismos ao atentar para a especificidade da experiência histórica das afrodescendentes, no caso do primeiro, e exigir uma agenda que incluísse a dimensão de gênero no trato da questão racial, no caso do segundo, denunciando ainda as atitudes sexistas no interior do grupo. (NEPOMUCENO, 2013, p. 400).

Com efeito, o debate de Carneiro (2003), aponta para “enegrecer o feminismo”, expressão primeira de visibilidade e protagonismo o sujeito político das mulheres negras que, a visão eurocêntrica e a incapacidade de reconhecimento às especificidades de mulheres brancas e não brancas, por ativistas sociais atuantes naquele, foi rebatido pela crítica da autora quando ressalta que “As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o Sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo” (CARNEIRO, 2003, p.118). Fundamental se faz “enegrecer o feminismo brasileiro”, contudo, a autora, numa releitura sociopolítica, analisa duas dimensões distintas imersas nesse movimento, favoráveis à invisibilidade intragênero nas pautas especificadas das categorias gênero e raça, eis:

[...] a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, [...] a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. [...]

agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; [...] (CARNEIRO, 2003, p.118).

E ainda nesta perspectiva Carneiro (2003) ressalta que essa luta idealizada e conduzida por seus pares, isto é, mulheres negras e, a maioria pobre, somente irão fortalecer a arena de debates e ampliar as possibilidades, de sonhos se tornarem realidades e esses “novos” sujeitos políticos (CARNEIRO, 2003) construir suas reivindicações a partir das ausências de direitos, por exemplo, a luta por creches, e políticas públicas que atendem suas necessidades e que de fato se materializem e sejam objetos de melhoria de vida destes segmentos sociais.

Ao entender que não caberia perpetuar a manutenção do discurso elitista de que o papel da mulher negra e pobre era ser objeto, figura estereotipada e estigmatizada pela sua condição (fora dos padrões de beleza) de raça principalmente, mulheres ativistas investidas de poder emancipatório, erigiram sua bandeira e denunciaram a discriminação racial e sexista. Episódios como vivenciado por Sol<sup>2</sup> denuncia situação silenciada em grande parte da produção teórica e prática acadêmica (AZÊREDO, 1994). Denúncia que urge ganhar os movimentos sociais ativistas na questão de gênero, raça balizadores da opressão social que exclui a mulher do protagonismo e lhe confere o posto de massa de manobra para a relação capital trabalho numa visão marxista.

O gênero, parte constitutiva desse modo de pensar que (in) visibiliza a mulher na sua condição de ser social, tem sua concepção construída socialmente e determinado na relação binária: homem e mulher e não pela diferença biológica sexual. Para Saffioti (2004) há situações em que gênero não dá conta das desigualdades entre o masculino e o feminino, a hierarquia é unilateral, presumida no contexto social a partir das

[...] imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, [...] gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. [...], o patriarcado é um caso específico de relações de gênero. ( SAFFIOTI, 2004, p.116; 118-119).

---

<sup>2</sup> Nome fictício da mulher que faz o chamamento, um alerta para a invisibilidade da mulher nos meios sociais e a “valorização” no labor, vendedora de sua força de trabalho no sistema opressor do capitalismo na lavoura fumageira no recôncavo baiano.

Em uma análise mais detalhadas das categorias em destaque, Crenshaw (2002, p. 173) coloca que as discriminações que envolvem as categorias raça e gênero constituem fenômenos indeletáveis, não se sobrepõem. Sendo assim:

A discriminação racial é frequentemente marcada pelo gênero, pois as mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e outros abusos dos direitos humanos de uma maneira diferente dos homens, o imperativo de incorporação do gênero põe em destaque as formas pelas quais homens e mulheres são diferentemente afetados pela discriminação racial e por outras intolerâncias correlatas. (CRENSHAW, 2002, p. 173).

A interseccionalidade gênero, raça e classe social, marcadores de opressão feminina que, condicionados ao modelo patriarcal, posicionam a mulher na subordinação e dominação masculina. Destarte, ser reconhecida enquanto mulher pobre e negra tende a desencadear o desmascaramento de sua ancestralidade. Crenshaw (2002, p. 177) salienta que interseccionalidade;

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. [...], a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

As questões pontuais que problematizam gênero, raça e classe, são referências no feminismo negro, onde a interseccionalidade destes eixos de subordinação da mulher trabalha na direção de elucidar as desigualdades de gênero (CRENSHAW 2002). Mais adiante, Rodrigues (2013) esclarece que a interseccionalidade, analisada no Brasil, país com profundas marcas de opressão da figura feminina negra, e que ainda urge a necessidade de “reparações” pela forma com que trata os seus “desiguais”, é imprescindível a ampliação de referenciais teóricos específicos que possam alargar seus horizontes para consolidação desse combate incansável de ativistas exauridos do continuísmo de estereótipos, da perversa situação de exclusão e marginalizações sociais.

A imagem da mulher em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atrasos na conquista do capital cultural e estigmas que obsta a construção e articulação das identidades de gênero e raça/cor na sociedade brasileira como ressalta Carneiro (2014) ao enfatizar que nós sujeitos femininos:

[...] Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravos nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas [...]. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (CARNEIRO, 2014, não paginado).

O dado empírico deste trabalho emerge como ponto de análise de uma situação veraz, onde Sol, mulher negra, trabalhadora rural, e, marcada pela desigualdade social, logo, instalada a situação de pobreza, como forma de posicioná-la e mantê-la afônica para que seus gritos sejam ouvidos, mesmo morando na zona rural do interior da Bahia. Ela relata a cena vivida há anos que reforça a “brancura” como a cor da mulher de *status* social. Interessante a analogia que ela faz quando diz que na hora de trabalhar não havia diferença de raça, entretanto, no espaço público de lazer, a mulher negra também já tinha o seu lugar reservado: a invisibilidade, não era notada, por ali não é lugar para acolher mulher negra e pobre. Analisemos o relato que segue traduzido simbolicamente mulher negra, antimusa e fora dos padrões de beleza exigido por essa sociedade arraigada de caracteres eurocêntrico:

*Eu acho muito constrangido, eu já senti assim um pouco constrangimento, eu trabalhava no artigo assim de roça não tinha assim não tinha esse preconceito de negro e branco era tudo dentro da lama na roça, cultivando fumo na cultivação de fumo na roça. Porque tinha mulher branca e mulher negra, mas como era no mesmo trabalho, todo mundo se era igual né, porque não adiantava querer ser melhor porque tava todo mundo na lama mesmo, cultivando fumo, na água, na chuva no sol então todo mundo era igual porque não adiantava ser melhor mas numa festa assim de largo, num casamento eu senti assim uma certa assim de constrangimento nas mulheres negras e nas brancas, as brancas era mais assim mais chegada, mais acolhida pelo pessoal do que as as pessoas mais escuras, eu fiquei assim sentindo essa diferença as vezes a gente chega, até comigo mesmo eu senti, a gente fica assim mais afastado o povo acolhe mais as pessoas brancas isso acontece, já aconteceu comigo, eu senti assim pouco, muito chateada, me senti assim... não ficou bom não, achei ruim.*

Souza (2006) ao analisar as oportunidades de negros e brancos, sinaliza que além das pesquisas acadêmicas, a opinião pública também comprova essa discrepância.

[...] Os levantamentos de opinião pública indicam que a população brasileira, em quase sua totalidade, tem consciência de que negros e brancos não dispõem das mesmas chances e oportunidades. Trata-se [...], de uma sociedade iníqua, num sentido que vai além da constatação de que há desigualdades sociais: [...] o reconhecimento do mérito e as recompensas individuais não são atribuídas com base num caráter universal. (SOUZA, 2006, p. 105).

Para trabalhar na “lama” existia igualdade, para o lazer, acepções de raça, é primordial. Invisibilizar, é a “solução”, faz de conta que não estão aí”. Não há espaço para negra na festa, ela só serve para trabalhar, servir aos brancos!

Carneiro (2003) salienta que a categoria raça na sua dimensão de fenômeno de discriminação racial “rebaixa o *status* de gênero”. Esta autora, em outro trabalho acadêmico traz relevante assertiva quando ao analisar os escritos de Joe Rufino sobre as “preferências” dos homens negros bem sucedidos financeiramente, por mulheres brancas, estas segundo a Carneiro (1994), “objeto de ostentação social” (CARNEIRO, 1994, p. 546); são escolhidas para conferirem ao homem negro igualdade com homem branco, logo as mulheres brancas a que Sol se refere que trabalhavam na lavoura do fumo sob sol, chuva e sobre a lama, são “instrumentos” de exploração no trabalho por senhores, donos das plantações.

### **Considerações finais**

Descartada a pretensão de exaurir a discussão aqui proposta, a análise da fala acima, reafirma a consciência de quem é mulher, negra e pobre que no seu cotidiano, a história dos quase quinhentos anos de escravidão no Brasil, está presente e desconstruindo conquistas de ativistas que lutaram e luta para virar essa página da história de mulheres negras, sujeitos de direitos, com falas a partir do lugar que ocupam socialmente ou mesmo, que “lhes” colocaram de forma impositiva como marca da segregação social na visibilidade, as brancas, na invisibilidade, as negras.

O Feminismo Negro é um movimento social. Sua gênese tem marco histórico nos anos 1970; suas discussões temáticas de aspectos relevantes e complexos no cotidiano de mulheres negras independe de classe, escolarização, orientação afetiva sexual e geração. de As reflexões que este texto traz tem como finalidade, contribuir para ampliar as discussões sobre o Feminismo Negro no Brasil.

A proposta para enegrecer o feminismo, é mais que construir pautas específicas do segmento de mulheres negras, é disseminar as falas que a luta por uma sociedade sem clivagens e pautada no princípio ético- político de respeito as diferenças entre mulheres e mulheres, mulheres e homens, que o olhar sobre estas diferenças seja singular e plural

capaz caminhar para vida sem as correntes que por séculos impossibilitaram o povo de assumir o seu lugar social criado por ele. E, para finalizar, a protagonista Sol, numa sabedoria política diz:

“*Quem foi que já foi numa lista de emprego e a branca teve preferência e a negra ficou pra trás*”. (Fala de uma das mulheres participantes do projeto mencionado anteriormente).

## Referências

AZÊREDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, N. E. p. 203-216, 1994.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, S. **ENEGRECER o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

COSTA, Sérgio, Paradoxos do anti-racismo: os estudos raciais e seus críticos, Capítulo VII. *In*: \_\_\_\_\_. **Dois atlânticos**: teoria social anti- racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.195- 218.

CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO para o Encontro de Especialista em aspecto da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

DIAS, Odila Maria. Resistir e sobreviver. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana, Maria (Orgs). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 361-381.

GONZÁLEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-224, 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis International*, Santiago do Chile, v. 9, p. 133-141, jun.1988.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. *In*: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 383–409.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, Nilza Iraci. As mulheres negras e as formas de indicadores sensíveis. *In*: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Sesc, 2013. p.247- 255.

RODRIGUES, Cristiano. ATUALIDADE do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no brasil. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117\\_ARQUIVO\\_CristianoRodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf)>. Acesso em: 1º maio 2015.

WERNEK, Jurema. Mulheres e trabalho: o que mudou para as mulheres negras no mercado de trabalho? *In*: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Sesc, 2013. p. 257-278.

WERNEK, Jurema. NOSSOS PASSOS vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/20/10>>. Acesso em: 10 out. 2014.